

ENSINO DE GRAMÁTICA: DA REGRA À PRÁTICA

Orlando da Silva Neto (1); Natan Severo de Sousa (2)

1 Universidade Estadual da Paraíba, orlandosilva47@hotmail.com; 2 Universidade Estadual da Paraíba, Natan.lettras@gmail.com

RESUMO:

Observando a importância do docente da área do ensino de língua desenvolver metodologias em que o ensino de gramática não seja marcado pelo olhar tradicionalista, este artigo tem o objetivo de discutir o ensino de gramática a partir de duas perspectivas: a primeira traz a gramática como um conjunto de regras para “falar bem”; a segunda visa a gramática como ponto para prática comunicativa de linguagem. Para isso, serão levantadas questões de concepções e de ensino de linguagem ligadas às práticas pedagógicas executadas em ambientes escolares, considerando que na maioria das vezes a primeira perspectiva de gramática é tratada como o “centro das atenções” nas aulas de português. O estudo prosseguiu-se através de pesquisas bibliográficas, e se insere no campo qualitativo, analisando referentes ao assunto, tais como (ANTUNES, 2003), (LUFT, 2009), (TRAVAGLIA, 2009) entre outros, fundamentando-se também em documentos que norteiam as aulas de língua portuguesa (BRSIL, 1998). Assim como qualquer outra profissão, o professor tem o dever de buscar constantemente por mudanças, e refletir isso em suas práticas pedagógicas para que haja um aprendizado que responda às exigências da sociedade atual. No que se diz respeito ao trabalho com a gramática, manusear a linguagem como forma de interação traz maiores possibilidades para que isso aconteça, desenvolvendo as competências comunicativas do aluno.

Palavras – chaves: Ensino, Práticas pedagógicas, Prática comunicativa.

INTRODUÇÃO

Considerando que a linguagem vem se modelando de acordo com as necessidades comunicativas humanas, se faz necessário refletir acerca de como os profissionais da área do ensino de língua lidam com esses processos de transfiguração de um novo paradigma. De acordo com o que entendemos com a “lei da vida”, aquilo que me servia ontem, talvez hoje não atenda às demandas que necessito para me colocar a frente das cobranças de um corpo social. E no que se diz respeito ao ensino de português, é bastante comum ainda se deparar com metodologias “arcaicas” envolvendo a gramática.

Numa perspectiva tradicionalista, a gramática vem sendo colocada como o “centro das atenções” nas aulas de português para o “falar bem” do aluno. E isso é ruim? De fato, sim. Ela é um componente bastante importante para a disciplina de Língua portuguesa, assim como também a Literatura e a Produção Textual. E quando o docente visa à gramática como a parcela maior, é normal que o ensino seja algo fragmentado. Tais componentes devem ser trabalhados em conjunto, levando em consideração que cada parte se interliga, e que o aluno vai fazer uso de uma quando estiver trabalhando com outra.

Só falar correto não condiz mais com aquilo que o mundo exige de um indivíduo. A interação comunicativa ganhou espaço tanto no mercado de trabalho, como em qualquer outra

área em que se situa mais de um sujeito. O compreender a fala do seu semelhante, e vice-versa, vale mais do que saber identificar o que é um substantivo.

Em seu trabalho *Aulas de Português: Encontro & interação* Irandé Antunes¹ (2003) explora, também, o mundo da gramática e salienta o modo tradicional de se trabalhar esse componente. Termos como “Gramática descontextualizada”, “Inflexível”, “predominante”, “voltada para nomenclatura” são usados pela autora para descrever como está sendo o papel da matéria desenvolvido na maioria das vezes no contexto escolar.

O modo como a disciplina é tratada está diretamente ligado a concepções (TRAVAGLIA, 2009). Se o docente reconhece que a gramática é a porta para o mundo, e que se seu aluno dominar as regras gramaticais está automaticamente apto a qualquer situação comunicativa, certamente esse professor pautará suas metodologias de ensino para que o discente apenas aprenda (decore) tais especificidades.

Vale aqui lembrar que usamos nossa língua para nos comunicar com nossos semelhantes, assim constituir um ato de interação. E é bastante claro que não é por entender o que é um verbo, artigo, entre outras classes gramaticais que necessariamente um sujeito será capaz de se colocar em um procedimento de interação com o seu congênera (BRASIL, 1998). O contexto geralmente mede efeitos no ensino, sabendo que a gramática é reflexível (ANTUNES, 2003), e em certos momentos não se pode explicá-la de forma universal.

METODOLOGIA

Para discutir acerca dessa temática, o seguinte trabalho desenvolveu-se através de pesquisa qualitativa de forma bibliográfica. Foram selecionados e estudados autores, citados acima, que abraçam estudos que cogitam o ensino de gramática, sendo eles (ANTUNES, 2003), (LUFT, 2009), (TRAVAGLIA, 2009) entre outros, fundamentando-se também em documentos que norteiam as aulas de língua portuguesa (BRASIL, 1998). Antes de tudo, sabendo da grande relevância, parte-se de pressupostos de concepções de linguagem, que está sempre atrelado a modos nos quais o professor desenvolve suas metodologias, até chegar à demanda da gramática e a importância de um olhar que busca a interação nessa esfera de conhecimento.

O esperado é que os docentes dessa área reflitam e busquem por adaptações ao mundo atual, e procurem métodos novos para construir um saber com seu discente. Abrir os olhos de que o melhor para o seu aluno é produzir e não reproduzir, aprender, diante de uma situação de uso, e não decorar, e acima de tudo situa-se que existem vários contextos, e que cada um

¹ Doutora em linguística pela Universidade Clássica de Lisboa, e professora na mesma área na Universidade Estadual do Ceará.

tem suas especificidades. Se a língua está posta como um ato para interagir com outro, nada melhor do que trabalhá-la de forma com que venha a aprimorar as competências comunicativas do discente.

1 CONCEITOS DE LINGUAGEM E SUAS RELAÇÕES COM O ENSINO DE LÍNGUA

Diante das demandas do ensino de português, é perceptível que o modo no qual professor dessa área desenvolve suas práticas de ensino está atrelado com sua concepção de linguagem. Para muitos, a linguagem está ligada a regras que precisam ser seguidas no processo do pensamento para a enunciação. Necessariamente, nesse modo de ver a linguagem, “as pessoas não falam bem porque não pensam”, segundo Travaglia (2009), que classificou como “*linguagem como expressão de pensamento*”.

Quando o professor concebe a linguagem dessa maneira, normalmente ele corrobora para um ensino que só dita regras do falar bem e do escrever correto, e se assegura de um ensino tradicional. Nesse contexto, o aluno deve decorar inúmeras regras gramaticais esquecendo-se do que realmente necessitam para se colocar diante de uma sociedade exigente. Esse tipo de visão é o menos indicado aos professores dessa área, e o mais ocorrente no contexto da sala de aula, por ser de fácil manuseio para o professor.

Acerca disso, os Parâmetros Curriculares De Língua Portuguesa (1998, p.39), sobre o ensino de língua materna, diz que “O ensino de língua portuguesa tende a tratar a fala da e sobre a linguagem como se fosse um conteúdo em si, não como meio para melhorar a qualidade de produção lingüística.” Isso aponta como um ponto falho do ensino de língua, sendo que o objetivo principal seria desenvolver as competências comunicativas do aluno. Atenta ainda que:

É o caso, por exemplo, da gramática que, ensinada de forma descontextualizada, tornou-se emblemática de conteúdo estritamente escolar, do tipo que só serve para ir bem na prova e passar de ano – uma prática pedagógica que vai da metalíngua para língua por meio de nomenclatura. Em função disso, tem-se discutido se há ou não necessidade de ensinar gramática. Mas essa é uma falsa questão: a questão verdadeira é para que e como ensiná-la. (BRASIL, 1998, P.39)

A fragmentação e a decoreba são de serventia momentânea, e logo esquecida. Ao longo de sua vida o sujeito deve constantemente fazer uso de ensinamentos realizado no contexto escolar. O professor por sua vez deve traçar planos para que isso aconteça. Isso acontecerá de

modo adequado quando ele consegue certamente responder as questões de como e para que o ensino da gramática.

Por outro lado, em seus estudos sobre linguagem, Travaglia (2009) aponta uma concepção reconhecida por melhor representar o que seria o real objetivo de ensino de língua materna, a construção de pontes de comunicação entre falantes de uma língua. *A linguagem como processo de interação*. Segundo ele,

Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é pois um ligar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico (TRAVAGLIA, 2009, p.23)

Nesse modo de conceber a linguagem, o professor atenta para o desenvolvimento da competência do aluno de gerar comunicação em qualquer que seja o contexto. O indivíduo não só traduz ou decodifica a mensagem enviada pelo emissor, como também age sobre ela, buscando o significado que vem subjacentemente. O que caracteriza essa concepção é o diálogo. As regras não são dispensadas, porém não são colocadas como algo exclusivo, o que seria mais recomendado por pesquisadores de práticas de ensino dessa área como Irandé Antunes.

O ensino de gramática a partir da linguagem como interação vai bem além de memorizar que substantivo é a classe de palavras que nomeia todos os seres vivos e não vivos, que adjetivo é a palavra que expressa uma característica ou qualidade, entre outras observações. O professor busca uma contextualização, considerando que toda regra tem sua ressalva. O aluno “cresce profissionalmente” sabendo responder questões envolvendo sua língua materna, e ainda agir sobre qualquer situação que o integra aos seus semelhantes. Sobre isso:

Enquanto o professor de português fica apenas analisando se o sujeito é “determinado” ou “indeterminado”, por exemplo, os alunos ficam privados de tomar consciência de que ou eles se determinam a assumir o destino de suas vidas ou acabam todos, na verdade, “sujeitos inexistentes”. (ANTUNES, 2003, p.17)

Sendo assim, no que se trata do quesito criticidade, é também um ponto que deve ser trabalhado nas aulas de língua. A gramática está aí como uma base de interação se trabalhada junta às outras demandas da disciplina. O ensino onde o professor só despeja regras gramaticais nas “cabeças depósitos” dos alunos é de fato uma tarefa facilitada para ambas as partes, docente e discente. Mas, profissionalmente, menos reconhecidos. Todos têm em si uma capacidade de adquirir conhecimento sobre qualquer coisa, a questão é o modo no qual se estudou sobre a tal coisa.

2 ESTUDOS À GRAMÁTICA: CONCEPÇÕES NUMA PERSPECTIVA TRAVAGLIA

Se essa pesquisa implica-se no trabalho com a gramática, nada mais justo que trazer conhecimentos sobre ela, e o modo como ela é tratada por um grande pesquisador da área, Travaglia. Luiz Carlos Travaglia, professor de língua portuguesa e linguística, além de pesquisador do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Licenciatura Plena em Letras – Português/Inglês, possui doutorado em linguística pela UNICAMP, e pós-doutorado na mesma área pela UFRJ. Desenvolveu uma variedade de artigos, e contribuições para livros, trazendo também algumas obras completas em seu nome.

Em sua obra *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*, Travaglia aponta três modos de conceber a gramática. A primeira, chamada *gramática normativa*, é conhecida como um guia do falar e escrever bem. Nessa concepção, gramática é composta por um sistema de regras que rege todo o conjunto de uma língua. Dessa maneira, para reconhecer essa língua, o sujeito deve ter em memória essas regras e colocá-las em prática sempre que for fazer uso da linguagem.

Fica claro que nesse modo de ver a gramática, só é considerada a linguagem padrão, culta, sendo que os desvios dessas regras são vistos como erros, e particularidades de variações da língua, caracterizada na oralidade, são menosprezadas. Dentro dessa concepção, percebe-se outras variadas definições, apontadas pelo autor como: “*Estética, Elitista ou Aristocrática, Política, Comunicacional e Histórica*”. Cada uma como peculiaridades ligadas aos princípios normativos.

A segunda concepção, conhecida como *gramática descritiva*, trabalha descrevendo a estruturação e o funcionamento da língua. Isto é, regras que estudiosos, no ramo da linguagem, determinam para explicar a língua em uso e seu funcionamento. Sobre a definição nesse modo de reconhecer a gramática, Franchi (1991) apud Travaglia (2009), diz que “é um sistema de noções mediante as quais se descrevem os fatos de uma língua, permitindo associar

a cada expressão dessa língua, uma descrição estrutural e estabelecer suas regras de uso, de modo a separar o que é gramatical do que não é gramatical”(p.27).

Seguindo essa linha, em que é proposto o funcionamento da língua em uso, nessa segunda concepção, diferentemente da primeira, a variação linguística é considerada de uma forma em que cada contexto de uso tem regras específicas a seguir. A questão é saber diferenciar as esferas ligadas ao uso de expressões linguísticas. Especialidades da língua, como a oralidade é excepcional para determinar o que rege esse conceito de gramática. Veja:

São representantes dessa concepção as gramáticas feitas de acordo com as teorias estruturalistas que privilegiam a descrição da língua oral e as gramáticas feitas segundo a teoria gerativista-transformacional que trabalha com enunciados ideais, ou seja, produzidos por uma falante ouvinte ideal. As correntes linguísticas que dão base a esse tipo de gramática têm em comum o fato de proporem uma homogeneidade do sistema linguístico, abstraindo a língua de seu contexto, ou seja, elas trabalham com um sistema formal abstrato que regularia o uso que se tem em cada variedade linguístico. (TRAVAGLIA, 2009 p. 27-28)

Por último, a terceira forma de conceber a linguagem, a *gramática internalizada*, é caracterizada por regras que o sujeito aprendeu desde o início da utilização da língua falada com seus semelhantes na sua comunidade, sem a necessidade de uma instrução direta. Nesta hipótese, que é de fato, os seres humanos já nascem com uma capacidade de interagir com seus congêneres, e ao decorrer do seu desenvolvimento físico e mental há, também, um aprimoramento de sua fala, mesmo sem o acesso a escolarização. Assim, como diz Franchi (1991) apud Travaglia (2009) a “própria dotação genética humana”. Os Parâmetros Curriculares Brasileiro de Língua Portuguesa, sobre o uso da língua, fala que

As situações de comunicação diferenciam-se conforme o grau de formalidade que exigem. E isso é algo que depende do assunto tratado, da relação entre os interlocutores e da intenção comunicativa. A capacidade de uso da língua oral que as crianças possuem ao ingressar na escola foi adquirida no espaço privado: contextos comunicativos informais, coloquiais, familiares. (BRASIL, 1998, p.49)

Levando em conta que nessa concepção a língua é observada como uma toda variedade possível utilizada por uma sociedade para criar situações comunicativas, não existem erros gramaticais, mas sim o uso inadequado para com aquela situação comunicativa, apontado pelo contexto social. Também não se encontra livros dessa gramática, considerando

que por ser internalizada, é algo natural dos humanos. Isso faz parte da capacidade inata de desenvolver competências próprias de um usuário de determinada língua.

Vale ressaltar que além de esses três modos de ver a gramática, ainda é possível listar um série de *tipos de gramática* segundo a obra de Traváglia. Os onze (11) tipos listados são: 1) Normativa, 2) Descritiva, 3) internalizada, 4) implícita, 5) Explícita, 6) Reflexiva, 7) Contrastiva, 8) Geral, 9) Universal, 10) Histórica, 11) Comparada. Cada uma com peculiaridades que caracterizam-nas².

Refletindo diante dos possíveis modos de conceber a linguagem, nenhuma das três opções pode ser descartada do contexto escolar. Considerando que em alguns momentos o ser humano necessita de, e é posto em, situações de uso formal da linguagem, como também em outras ocasiões o indivíduo deve se colocar diante de outras variedades da língua para que haja de fato uma interação com o próximo. Partindo pro contexto escolar, o professor deve ter noções sobre as mais várias formas da comunicação, e trabalhar isso com seu aluno, tanto a gramática normativa, quanto à descritiva e a internalizada. Nunca foi intenção dessa pesquisa falar que trabalhar tal gramática é errado, mas sim trabalhar fragmentadamente e de forma isolada uma gramática não é recomendado.

3 DA REGRA À PRÁTICA

Depois de muito falar sobre perspectivas de gramática e linguagem, finalmente abre-se espaço para uma discussão do ensino de gramática no contexto escolar. Diante de tudo que já foi exposto em relação à temática, têm-se uma pequena noção do caminho a ser seguido pelos profissionais da área do ensino de língua. Nada mais lindo que uma bela teoria para situar-se em um campo social, nada melhor do que ter um norte quando se tem que seguir numa trilha dentro de uma mata espessa. Porém, parece ser um pouco mais difícil de relacionar a teoria à prática.

Partindo da fase de formação dos profissionais dessa área, nota-se que muito é instruído sobre como levantar metodologias para que se consigam realmente resultados ao lecionar aulas de português. É importante observar que as grades curriculares das instituições de ensino superior possuem uma preocupação quando se trata dos modelos de ensino e práticas pedagógicas. Como exemplo disso, observando a grade curricular da Universidade Estadual da Paraíba, UEPB, destaca-se, aqui, a disciplina Prática Pedagógica I e II, que está posta exatamente para essas instruções.

² Para se aprofundar sobre os tipos de gramáticas veja em: Luiz Carlos Travaglia, *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*, p.30-37.

Analisando a ementa da disciplina, observa-se que está em pauta métodos para o ensino de gramática, e o apreço por procedimentos para a gramática como uma das ferramentas de interação comunicativa. Conseqüentemente, logo é desprezada a forma tradicional, e mais usada, na qual é classificada por fragmentação e o uso isolado.

Após sua formação, o professor de língua português ainda conta com documentos dispostos pelo Ministério da Educação, que aponta o caminho a percorrer. Em várias passagens dos PCNs de língua portuguesa fica claro o modo como a língua deve ser tratada, e o objetivo do ensino de língua materna. Segundo eles (1998, p.23), “O domínio da língua materna tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem informações, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento.” Novamente apontamentos que tudo envolve a interação com o próximo.

Dessa maneira, ainda atenta, na pág. 90, que, “Saber o que é substantivo, adjetivo, verbo, artigo, preposição, sujeito, predicado, etc. não significa ser capaz de construir bons textos, [produzir unidades de sentidos linguísticos, transmitir um enunciado que será, impreterivelmente, captado por um receptor] empregando bem esses conhecimentos.” O professor é informado o quanto o ensino tradicional da gramática torna-se falho, e que isso é visível quando discente consegue, por exemplo, definir sujeito e verbo, mas permanece com problemas de concordância.

Partindo para a prática, particularmente no ensino da gramática, Irandé Antunes, (2003) aponta o que realmente acontece nas aulas de português. A descontextualização é constante. Saber “o que é” é posto como mais importante do que “saber como usar”. E o aluno é informado que sua própria língua, por ele usada desde os 2 ou 3 anos de idade, e muito difícil, e será desenvolvida uma perspectiva desanimadora, como fala Luft (2009, p.65) “uma das principais causas de um ensino de língua materna mal orientado, na escola tradicional, é o pressuposto de que o aluno não sabe a língua. Isso leva a concentrar o esforço em “ensinar” coisas, sobretudo teoria gramatical e regras.” Acerca disso, Travaglia também aponta que:

O ensino de gramática em nossas escolas tem sido primordialmente prescritivo, apegando-se a regras de caráter normativo que como vimos, são estabelecidas de acordo com a tradição literária clássica, da qual é tirada a maioria dos exemplos. Tais regras e exemplos são repetidos anos a fio como formas “corretas” e boas a serem imitadas na expressão do pensamento. (TRAVAGLIA, 2009, p.101)

Metodologias pautam-se em uso fragmentado, sem explanação pra o real uso, palavras isoladas sem os sujeitos que caracterizam um discurso (Emissor→Receptor). O exercício se torna monótono, seguido de decorebas que serão, sem dúvidas, esquecidas por esses discentes. É notável a prioridade de uma gramática imutável, estática, que sempre pregará o que é certo, e se fugir desse caminho certamente será notificado do erro. O real objetivo pra o ensino de língua materna, de desenvolver a capacidade comunicativa aprimorando sua língua, é posto de lado, dando lugar ao simples fato de nomenclaturas. Reconhecer nomes das unidades gramaticais gera apenas o conhecimento sobre o que é, não como usá-las.

Em contrapartida, as indagações de “qual o motivo de não colocar as instruções em prática?” podem ser respondias, rasamente, pelos simples fatos de facilidade diante de um sistema complexo. Não convenhamos, apena, em culpar o docente desse ensino fraquejado. Diante das exigências de um sistema difícil de cumprir, o professor se ver obrigado em procurar um caminho que facilite um pouco para ele, e a saída, para o docente da área de língua portuguesa é o ensino prescritivo da gramática normativa, descritos nos dois parágrafos anteriores.

Sobretudo, porém, o professor é o principal sujeito para que mudanças, em todos os aspectos, aconteçam. Quando se instrui sujeitos ativos de linguagem, refletimos uma perspectiva de pessoas capazes de criticar e buscar por aquilo que é de fato seu. O docente deve visar essa formação ativa para seu aluno, e com isso deixar para trás metodologias arcaicas e dar prioridade ao novo mundo. O professor de língua portuguesa precisa desapegar-se das nomenclaturas, precisa para de centrar as suas aulas em regras gramaticais.

O ensino de gramática é muito importante, e não é intenção deste descartar esse ensino. A questão é como se trabalha, e o problema de a predominação do centrar-se num ensino que dita o que é certo e errado. É importante que o docente de língua desenvolva metodologias que abrace a gramática como forma de interação, e com isso o ensino descritivo e a gramática internalizadas também sejam exploradas, para que seus discentes desenvolvam suas capacidades comunicativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a gramática como um instrumento de uso para interagir e se comunicar com o próximo, diante do exposto, percebe-se ainda uma vulnerabilidade quando se trata do ensino acerca desse conhecimento. Mesmo que muito se instrua sobre o melhor e verdadeiro modo a ser tratado à gramática, é perceptível que alguns professores de língua portuguesa se prendem a uma única alternativa de centrar suas metodologias em ensino de regras e

nomenclaturas de unidades gramaticais, considerada falha por pesquisadores de práticas de ensino quando se trata de língua.

Um das características desse ensino é a relação de concepções distorcidas que alguns professores têm a respeito das aulas de língua portuguesa. Ainda é comum encontrar docentes que pensam que aulas de português são aulas de etiquetas para falar e escrever correto, sendo isso uma descrição estupidamente fraca a respeito do lecionar nessa esfera de conhecimento. Outro ponto que pode interferir nas práticas pedagógicas dos professores são as exigências de um sistema fraquejado, que sobrecarregam e deixam preocupações, fazendo esses procurarem medidas lamentavelmente prejudiciais a seus alunos.

Diante de três concepções de gramáticas, pode-se notar a seguinte bifurcação: de um lado o interesse do falar e escrever correto, de outro lado, a importância de desenvolver competências marcadas por agir sobre seu semelhante. O ensino da gramática normativa não deve ser estancado, apenas ser formulado de modo que abarque também a gramática descritiva, não esquecendo os conhecimentos de mundo. Cabe ao professor saber identificar o que é produtivo para o aluno, e o que é apenas reprodução meramente prescindível. Numa perspectiva “Regras do escrever e falar correto x Ferramenta para interação” optar pela segunda opção é o melhor caminho.

REFERÊNCIAS:

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**, 8ª Ed. – São Paulo: Parábola Editora, 2003

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, MEC/SEF 1998.

LUFT, Celso, Pedro 1921-1995. **Língua e Liberdade: por uma nova concepção de língua materna** 8 ed. São Paulo: Ática, 2009.

TRAVAGLIA, Carlos Luiz. **Gramática e Interação: uma proposta para o ensino de gramática**. 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.